

Objecções à igualdade e à democracia: a diferença como base da educação aristocrática

Mendonça, Samuel

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Mendonça, S. (2012). Objecções à igualdade e à democracia: a diferença como base da educação aristocrática. *ETD - Educação Temática Digital*, 14(1), 332-350. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-313120>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more information see:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

OBJEÇÕES À IGUALDADE E À DEMOCRACIA: A DIFERENÇA COMO BASE DA EDUCAÇÃO ARISTOCRÁTICA

OBJECTIONS TO EQUALITY AND DEMOCRACY: DIFFERENCE AS BASIS OF ARISTOCRATIC EDUCATION

Samuel Mendonça¹

Resumo

A igualdade, presente na educação de rebanho e que justifica a democracia, nivela o desenvolvimento humano por baixo, para o pior, de modo que se tem uma sociedade cada vez mais fraca. A educação aristocrática, ao contrário, privilegia o desenvolvimento da autonomia do indivíduo; nesse caso, a diferença constitui a meta a ser alcançada pelo filósofo. Não se trata de pensar a diferença como oposta à igualdade, de forma estanque, mas a diferença existe na igualdade. Neste artigo, apresentaremos a crítica de Nietzsche à democracia, da mesma forma que sua crítica à igualdade. Além disto, analisaremos o sentido da educação aristocrática no contexto da hegemonia prussiana, além de aspectos fundamentais da filosofia de Nietzsche, com destaque para a vontade de potência. Com esses elementos, pretendemos argumentar que, paradoxalmente, a educação de rebanho se revela importante como estímulo à educação aristocrática, da mesma forma que a igualdade também indica a necessidade da diferença como possibilidade de plenitude do filósofo do futuro, *muito livre*; então, é na diferença que a educação aristocrática se estrutura.

Palavras-chave: Friedrich Nietzsche, 1844-1900. Igualdade. Diferença. Democracia. Educação aristocrática.

Abstract

Equality, a constant in mass education and a reason to justify democracy, levels human development on a low standard, weakening society. Aristocratic education, on the other hand, focus on developing the individual's autonomy; in this case, difference becomes an aim to be achieved by the philosopher. It is not about thinking on difference as opposed to equality, apart from anything else; nevertheless, difference exists precisely within equality. In this article there will be presented Nietzsche's critique to democracy, as well as his critique to equality. Furthermore, there will be analyzed the meaning of aristocratic education in the context of Prussian hegemony, beside some fundamental aspects of Nietzsche's philosophy, specially the will to power. With these elements, it is intended to assert that, paradoxically, mass education reveals itself as an important teaser to aristocratic education, in the same way that equality indicates the need for difference as a possibility of fulfillment for the future philosopher, very free, so that it is in difference that aristocratic education is based on.

Keywords: Friedrich Nietzsche, 1844-1900. Equality. Difference. Democracy. Aristocratic education.

¹ Doutor em Filosofia da Educação/Unicamp. Coordenador e professor permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da PUC Campinas. Membro do INPE – International Network of Philosophers of Education e do PES – Philosophy of Education Society. Presidente da Associação Latinoamericana de Filosofia da Educação – ALFE. E-mail: samuels@gmail.com – Campinas, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

O que diferencia substancialmente, se é que de substância aqui se pode falar, a educação aristocrática da educação de rebanho? A educação aristocrática² nomeia a “diferença” como possibilidade de emancipação do homem, estimulando o desenvolvimento das potências do filósofo. A educação de rebanho, por outro lado, privilegia o adormecimento humano e firma-se na igualdade como nivelamento³ social. Por essa razão, a democracia³ diz respeito ao sistema que melhor se adapta ao princípio da igualdade. Nietzsche faz objeções severas à igualdade e à democracia; partimos dessas objeções para contrapor a educação aristocrática à educação de rebanho.

Do ponto de vista formal, apresentaremos a crítica de Nietzsche à democracia, da mesma forma que sua crítica à igualdade. Além disso, apresentaremos o sentido da educação aristocrática no contexto da hegemonia prussiana e aspectos fundamentais da filosofia de Nietzsche, com destaque para a vontade de potência. Com esses elementos, pretendemos argumentar que, paradoxalmente, a educação de rebanho se revela importante como estímulo à educação aristocrática, da mesma forma que a igualdade também indica a necessidade da diferença como possibilidade de plenitude do filósofo do futuro, *muito livre*; então, é na diferença que a educação aristocrática se estrutura.

IGUALDADE E DEMOCRACIA

A crítica de Nietzsche à democracia aproxima-se da crítica ao princípio de igualdade⁴, uma vez que democracia e igualdade dizem respeito ao nivelamento das condições humanas

² Discutimos, em outro artigo, o sentido e as razões que justificam a educação aristocrática em Nietzsche e sua correlação com o mesquinho, o medroso, o estúpido. Em última instância, a educação aristocrática foi pensada a partir da educação de massas. (MENDONÇA, 2011).

³ Melo Sobrinho (2007), na apresentação do texto de Nietzsche, discorre sobre a democracia, o liberalismo e a igualdade. Entendemos que a democracia a que Nietzsche se reporta não é a mesma que temos na contemporaneidade. Refere-se, segundo Melo Sobrinho, à “forma geral de como as ideologias produzidas no século XIX se apresentam na teoria e na prática políticas, evidentemente cada uma à sua maneira. A democracia é uma nova forma de racionalidade que se opõe diretamente a toda forma de poder historicamente constituído, que separava nitidamente governantes e governados” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 36). Essa tentativa de uniformização dos papéis na sociedade preocupa Nietzsche e fundamenta o seu aristocratismo, que reivindica o indivíduo solitário no contexto das massas. Queremos, com isso sublinhar que a crítica de Nietzsche à democracia não tem no seu horizonte o consenso de Habermas ou os sistemas totalitários que se desenvolveram ao longo do século XX; contudo, isto não significa também que sua objeção à democracia não indique problemas dos modelos da política moderna.

⁴ Melo Sobrinho (2007) considera que, para Nietzsche, “[...] o socialismo é uma das formas de expressão do movimento democrático e igualitário desencadeado a partir da Revolução Francesa. Ele não tem no seu discurso um contorno muito preciso do ponto de vista da teoria política moderna e muitas vezes aparece inclusive

como tema do enfraquecimento do indivíduo. Aliás, Nietzsche afirma que não existe veneno mais tóxico para o humano do que a igualdade. Argumenta, inclusive, que “aos iguais, tratamento igual, aos desiguais, tratamento desigual, esta *deveria ser* a verdadeira divisa da Justiça” (NIETZSCHE, 2007, p. 156). A democracia atua sobre as massas e estabelece a igualdade como parâmetro do nivelamento do desenvolvimento individual. Por essa razão, ele critica duramente todos os partidos políticos, uma vez que:

[...] são obrigados, em razão do referido propósito, a transformar os seus princípios em grandes baboseiras a fresco para assim poder pintá-los nas paredes. Nesse caso, não há mais nada a mudar e é mesmo supérfluo levantar um dedo sequer para se opor a isso; pois, nesse campo, é a frase de Voltaire que se aplica: “quando o populacho se põe a pensar, tudo está perdido”. [...] Além disso, se do que se trata agora em toda política é apenas tornar a vida mais suportável ao maior número possível de pessoas, é portanto sempre atribuição dessa maioria determinar o que se deve entender por vida suportável (NIETZSCHE, 2007, p. 191).

Ora, Nietzsche já anunciava que os partidos políticos estavam destinados a construir “baboseiras”, isto porque a igualdade é parâmetro de seus discursos. Sendo a igualdade um veneno tóxico, porque nivela as condições de desenvolvimento do homem, resta apontar suas características e sugerir o seu antídoto. A igualdade aprisiona o indivíduo na satisfação daquilo que é comum. Ela não explicita, portanto, as potencialidades do sujeito a serem desenvolvidas; ao contrário, ignora o vigor, a dimensão individual e a capacidade desse indivíduo de realizar atividades que desenvolvam as suas potencialidades, tudo isso em defesa do coletivo.

O propósito dos partidos políticos é o de subsidiar o governante na busca do poder e, para esse fim, os discursos devem ser “satisfatórios” para as massas. Usamos o termo satisfatório porque implica a “satisfação” ou “realização” das massas e, portanto, o seu esvaziamento. Em outros termos, a satisfação indica a ausência de realização, na medida em que, quando há satisfação, há o vazio e a acomodação. Satisfação é aqui entendida como “esvaziamento”, na medida em que o satisfeito deixa de procurar, deixa de problematizar,

assimilado a um liberalismo radical ou a uma forma de anarquismo. De qualquer maneira, o socialismo se apresenta aos olhos de Nietzsche como sendo a alternativa política ideal e abstrata dada pela *cultura geral* diante dos problemas colocados pelas modernas sociedades europeias. O primeiro princípio da moral e da justiça do socialismo é a igualdade de todos os homens, princípio que conforma também a visão do cristianismo [...]” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 41, grifo da tradutora). Observamos, então, que democracia e igualdade estão no mesmo plano para Nietzsche. Melo Sobrinho ainda argumenta que: “o liberalismo é uma das formas democráticas de defesa da igualdade: ele defende sobretudo a igualdade de direitos para todos os homens. O liberalismo pressupõe que os homens são iguais no estado de natureza, ainda que a igualdade não seja a condição natural dos homens pois há sempre os fortes e os fracos. [...] Segundo Nietzsche, o estado de natureza é um estado de brutalidade e desigualdade, onde não há nem pode haver qualquer *justiça* ou *injustiça*, quer dizer, qualquer direito” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 32, grifos da tradutora).

mesmo que a procura e a problematização, nesse caso, sejam feitas a partir de ilusões típicas das massas. Nesse sentido, qual o significado de um discurso político para as massas? O discurso deve ser capaz de mostrar os benefícios que as massas teriam no nivelamento social, por exemplo, “educação para todos” ou “educação como direito de todos”, discursos vazios e suficientes para ludibriar e seduzir a maioria. É nesse sentido que a política que Nietzsche critica, estruturada pela democracia e igualdade, não trata a cultura e a educação como bases de seu desenvolvimento; então, sua construção é ilusória para a autonomia e a emancipação humanas. Ilusões, eis o que os partidos políticos constroem, eis o que as massas almejam, eis o que a igualdade propicia.

Igualar significa nivelar, deixar igual algo que é diferente; então, o pressuposto da igualdade é a diferença, e o desígnio da democracia, em última instância, é a sua superação. Por isso, consideramos a educação aristocrática um antídoto para a educação de rebanho, antídoto para a igualdade e para a democracia, na medida em que o desenvolvimento da democracia sugere a sua transformação. Isso não significa que a educação aristocrática seja a única alternativa à educação de rebanho,⁵ inclusive pelo fato de que, se assim o fosse, tratar-se-ia de contradição no pensamento do filósofo do eterno retorno, que luta contra o dogmatismo e a possibilidade de se estabelecer um estatuto absoluto de verdade.

Cabe argumentar que a crítica que Nietzsche faz à democracia não significa a proposição do despotismo ou de sistemas ditatoriais. É preciso reconhecer o risco da degeneração da democracia com a crítica de Nietzsche e, portanto, do democratismo, mas esse risco é próprio de sua crítica, que sugere a degenerescência como adubo para o novo. Por outro lado, o aristocratismo em Nietzsche pode, sim, gerar perspectivas totalitárias, porquanto não seja esta a acepção adotada que trata da educação aristocrática. A vontade de potência⁶

⁵ É nesse sentido que relacionamos a educação aristocrática ao perspectivismo, visando deixar transparecer que a busca por novas perspectivas e interpretações está no mundo e é parte essencial da educação aristocrática, o que não quer dizer que deva ser vista como um padrão de educação e, muito menos, como modelo a ser adotado ou seguido pelo sistema educacional vigente.

⁶ A vontade de potência diz respeito às forças internas e contraditórias presentes no mundo orgânico. Apolo e Dioniso, forças antagônicas desenvolvidas por Nietzsche (1999c) em **Die Geburt der Tragödie aus dem Geiste der Musik**, representam as forças que existem em função de sua degenerescência. Nascimento e morte, criação e degeneração. Para Nietzsche, influenciado por Heráclito, o que existe é o *devir*, o vir a ser, trânsito e, nesse sentido, a vontade de potência (*Der Wille zur Macht*) diz respeito a essas forças dinâmicas que não buscam um fim determinado, mas geram a contínua transformação do que se é e, porque não dizer, buscam a revalorização de valores. Jonas (2009) argumenta que muitos pesquisadores interpretaram, de forma equivocada, o conceito de autossuperação em Nietzsche ao separar a educação de rebanho da educação dos espíritos livres sem considerar a vontade de potência como base comum dessas concepções educacionais. É nesse sentido que ele sugere uma compreensão especial para a pedagogia antidemocrática de Nietzsche e, em que pese o fato de que a filosofia educacional do filósofo da vontade de potência não seja igualitária, mesmo assim, ela pode ser utilizada, de forma eficaz, em salas de aula democráticas, evidente que buscando sua autossuperação constante.

não tem um fim determinado, um “em si” previsto e, nesse sentido, a indeterminação é seu *leitmotiv*.

Não é pelo fato de criticarmos a democracia e a igualdade, acompanhando as razões de Nietzsche em seu tempo, que defendemos sistemas absolutistas. Paradoxalmente, a leitura de Nietzsche – aliás, a de qualquer gênio – pode, sim, servir para estabelecer sistemas despóticos, embora não seja o nosso interesse. É preciso reconhecer que a partir de Nietzsche pode-se sustentar o nazismo, o anarquismo, o socialismo, o liberalismo, mas não nos esqueçamos de que Nietzsche criticou veementemente todos esses sistemas. O paradoxo está, portanto, na tentativa de fuga de regimes e no reconhecimento tácito de que regimes são possíveis, a partir do filósofo da vontade de potência. A educação aristocrática, nesse sentido, pode servir de fundamento a regimes, sistemas e, principalmente, direcionamentos ideológicos; aliás, se não fosse assim, tratar-se-ia de educação messiânica, o que não é o caso.

A superação da igualdade e da democracia por meio da educação aristocrática diz respeito ao distanciamento das massas. Com a perspectiva individual e singular não há nivelamento, não há massas; e, portanto, o adormecimento típico da coletividade pode ser preterido. Enquanto a educação aristocrática privilegia a autonomia do indivíduo e o desenvolvimento de suas potências intelectuais e afetivas, a educação de rebanho produz o distanciamento do sujeito dele mesmo, por meio de seu desleixo. Nesse sentido, o distanciamento entre a educação aristocrática e a educação de rebanho está no distanciamento dos indivíduos com esses dois perfis. De um lado, temos o indivíduo inquieto e, de outro, o dormente. É evidente que podemos ter um terceiro perfil: o inquieto dormente. Isto evidencia a dinâmica da nossa análise, que considera a vontade de potência como mote estrutural.

Para a eficácia de seu plano, a educação de rebanho utiliza-se do discurso de que todos são iguais, e argumenta que a gestão política e social é de todos, democrática, como vimos há pouco. Esse tipo de discurso não tem outro objetivo senão o de distanciar o indivíduo dele mesmo e, portanto, o de anular a sua capacidade de crítica ao mundo. Em segundo lugar, não se pode admitir para a educação aristocrática o nivelamento humano que, por meio da igualdade, manifesta a educação de rebanho; então, tem-se a vontade de potência como pano de fundo de uma educação que supera a possibilidade de desleixo do humano.

A educação de rebanho, consequência do espírito gregário, pode ser assim compreendida, segundo Nietzsche:

Aquilo que eles gostariam de realizar com todas as suas forças é a felicidade do rebanho para todos, a felicidade do rebanho que pasta na pradaria, na segurança, no bem-estar, no universal refrigério da existência; as suas duas cantigas e doutrinas mais repetidas são a “igualdade de direitos” e “a piedade para com aqueles que sofrem”; o próprio sofrimento, a seus olhos, é uma coisa que deveria ser *abolido* (*sic*). (NIETZSCHE, 2007, p. 151, grifo do autor).

Em contraposição à educação de rebanho, a educação aristocrática privilegia a dureza e expurga a igualdade. Mais que isso, a educação aristocrática toma como parâmetro o homem que foi capaz de abrir seus olhos e sua consciência para revalorar os valores. Nesse sentido, Nietzsche considera esse interlocutor da educação aristocrática capaz de intensificar a vontade de viver até se tornar vontade de potência absoluta, assumindo o papel de espírito livre. O filósofo assinala que:

[...] a dureza, a violência, a escravidão, o perigo na rua e nos corações, o segredo, o estoicismo, a tentação e as maquinações de toda espécie, que tudo o que é mau, terrível, tirânico no homem, o que há nele de animal de rapina e de serpente é mais útil para a elevação da espécie ‘homem’ do que seu contrário (NIETZSCHE, 2007, p. 151).

A educação aristocrática contrapõe-se diretamente à educação de rebanho e à sua massificação; afinal, optar pela dureza consigo é tarefa para poucos, pouquíssimos homens, e essa ação indica a elevação da espécie “homem”. Viver os perigos da vida e não fugir das atrocidades humanas é tarefa para os espíritos livres. Estar além de bem e mal implica a compreensão de forças em oposição, necessárias como tensão para a criação de valores. A educação aristocrática, por isso, destina-se ao homem solitário, ao filósofo. Vejamos a posição de Nietzsche a esse respeito: “somos os amigos natos, – jurados e ciosos da *solidão*, da nossa própria e profunda solidão do meio-dia e do pleno instante – esta é a espécie de homens que somos, nós, os espíritos livres! Seriam vocês então um pouco parecidos conosco, vocês que chegam, vocês, os *novos* filósofos?” (NIETZSCHE, 2007, p. 153, grifos do autor). A tarefa da educação aristocrática, nesse sentido, é também para os novos filósofos, sujeitos capazes de revalorar os valores postos. Então, uma primeira determinação para este homem do futuro é denunciar as mazelas da igualdade presentes na educação de rebanho. A igualdade justifica o fracasso e o nivelamento humanos e está presente na educação de rebanho, como já notamos; e o filósofo parece ser o interlocutor capaz de superar a igualdade e a democracia – afinal, a autocrítica é sua marca e a autossuperação a sua meta.

A educação humana como educação de rebanho que aqui apresentamos não se refere somente ao sistema educacional alemão, combatido por Nietzsche. Refere-se ao conjunto de

diretrizes educacionais que têm por propósito a educação de massas. A educação aristocrática contrapõe-se a esse estado de degenerescência da igualdade.

Por adormecimento social entendemos a falta de ações racionais voluntárias que evidenciem o estado de alerta de alguém que busca se superar na sociedade. No geral, a sociedade está dormindo, segundo Heráclito (MENDONÇA, 2003) e, embora este autor tenha escrito para os seus concidadãos do século V a.C., em Éfeso, na antiga Grécia, Nietzsche atualizou a ponderação para a Alemanha do século XIX, e a metáfora aplica-se para os dias de hoje – afinal, o homem comum continua adormecido na sociedade.

Cabe evidenciar que os seres humanos não são e nunca foram iguais. Aliás, Nietzsche assinala que “a ciência não pode *provar* nem que todos os homens são *iguais*, nem que um comportamento fundado sobre este princípio seja útil com o decorrer do tempo” (NIETZSCHE, 2007, p. 143, grifos do autor); então, é ineficaz a tentativa de nivelar os seres humanos para estabelecer a legitimidade da massa. A ineficácia da tentativa de nivelamento social fica ainda mais evidente, se considerarmos que, mesmo que tenhamos o discurso majoritário e aparentemente resolvido e consagrado da igualdade na democracia, sabemos das fissuras e das resistências construídas no próprio ambiente da educação de rebanho. A vontade como elemento da singularidade e, portanto, de resistência, justifica a educação aristocrática.

Sobre a igualdade, Nietzsche assevera que “também reduz as nossas pequenas diferenças a uma aparência de igualdade, e quer que renunciemos a muita coisa a que não deveríamos renunciar” (NIETZSCHE, 2007, p. 138). Então, tomar a igualdade como parâmetro da vida social significa abdicar de coisas que não deveríamos, da mesma forma que indica a falácia de uniformizar o diferente, como se isso fosse possível. Examinar a igualdade como critério para o desenvolvimento das potências humanas significa estabelecer um limite para esse desenvolvimento, limite que propicia a estagnação e não a sua alteração. Desse modo, na consideração da vontade de potência como marca do humano, a igualdade refere-se a um entrave que propicia o adormecimento social.

A igualdade é tida como nivelamento, na medida em que estabelece o limite de desenvolvimento humano, distanciando o homem daquilo que ele poderia ser. Eis o propósito do “governo do povo”: da mesma forma que não sentirá dor, o homem também não sentirá prazer, gerando a indiferença do viver de rebanho. Nas palavras de Nietzsche: “a igualdade diminui a felicidade do indivíduo, mas ela abre a via para a ausência de dor para todos. No termo visado por seus esforços, haveria portanto também, ao lado da ausência de dor, a

ausência da felicidade” (NIETZSCHE, 2007, p. 140). É nesse estado de fingimento da vida social que a igualdade se aplica. Logo, Nietzsche sustenta que “a mentira e o fingimento, que são cultivados no seio da comunidade com o objetivo de estabelecer a igualdade, acabam por produzir um excesso disponível que se emprega para engendrar os poetas e os comediantes” (NIETZSCHE, 2007, p. 140). Temos aí anunciado o freio do desenvolvimento humano, especialmente as artes e da poesia. O que afeta Nietzsche em toda a crise da Alemanha, entre outras coisas, é o entorpecimento da cultura e da educação e, por essa outra razão, ele argumenta em favor da exceção, do artista, do filósofo.

Segundo Nietzsche, o nascedouro da igualdade de direitos e da democracia deu-se na religião, por intermédio da consideração da “ideia de *igualdade das almas perante Deus*” (NIETZSCHE, 2007, p. 186, grifos do autor). A noção de que todos são iguais perante Deus foi levada posteriormente à política, à democracia, ao socialismo. O vício de origem foi mantido, qual seja, a desconsideração de que os homens são diferentes e que sequer é possível conceber a igualdade entre eles. O resultado é que a igualdade passou a ser parte da moral social moderna e foi incutida na cabeça das pessoas como uma virtude; assim, o nivelamento e a massificação humanos encontram-se justificados socialmente.

O adormecimento social está presente na educação de rebanho por meio da criação de um tipo humano baseado no *instinto gregário*, cuja máxima é, segundo Nietzsche:

[...] somos iguais, nos tratamos de igual para igual: uma represália justa. Aqui, acredita-se realmente numa *equivalência das ações*, que, em todas as circunstâncias reais, jamais ocorre. Não se *pode* “obter o equivalente” para cada ação: entre “indivíduos” reais, não há *ações equivalentes* e portanto não há “represálias”... Quando eu faço algo, estou a mil léguas de pensar que qualquer coisa que haja de semelhante esteja ao alcance de alguém: isto me *pertence*... Não se pode absolutamente me “pagar”: isto seria sempre cometer contra mim uma “*outra*” ação (NIETZSCHE, 2007, p. 189, grifos do autor).

Nietzsche está discutindo, nesta passagem, a máxima: “aquilo que tu não queres que as pessoas te façam, também não deves fazer a elas” (NIETZSCHE, 2007, p. 188), demonstrando que este tipo de moral pretende evitar ações pela possibilidade da produção de consequências nefastas. O que está em jogo é a necessidade de “pagar” uma ação. Nietzsche rejeita este tipo de preconceito (evitar uma ação porque poderia ter para nós consequências nefastas), que implicaria a proibição de todas as ações decorosas. O pano de fundo deste tipo de máxima moral é o princípio da igualdade, que gera o adormecimento humano e limita a possibilidade das ações voluntárias fundadas na vontade de potência.

A estagnação da educação de rebanho dá-se, entre diversas variáveis, pela igualdade. É possível superar esta estagnação por meio da educação aristocrática? Como vimos, a tentativa de uniformização do diferente, além de inócua, interrompe a possibilidade do *vir a ser* como mote da vida individual. Para superar a igualdade, torna-se necessário abordar outros aspectos da educação aristocrática, de modo a evidenciar que se trata de uma educação para a liberdade.

Embora a sociedade tenha consagrado os julgamentos universais como prioritários em relação aos individuais, da mesma forma que o progresso da moral consistiu no predomínio dos instintos altruístas sobre os egoístas, Nietzsche assinala:

Eu, ao contrário, vejo crescer o indivíduo que defende os seus próprios interesses, bem entendido, contra os outros indivíduos (justiça entre iguais, na medida em que isto permite reconhecer e incentivar o outro indivíduo enquanto tal). Eu vejo os julgamentos se individualizarem e os julgamentos universais se tornarem cada vez mais fracos e estereotipados. [...] mas quando se deseja homens ordinários e iguais, isto ocorre porque os fracos temem o indivíduo forte, e preferem um enfraquecimento geral a um desenvolvimento dirigido para o indivíduo (NIETZSCHE, 2007, p. 141, grifos do autor).

A igualdade, presente na educação de rebanho e que justifica a democracia, nivela o desenvolvimento humano por baixo, para o pior, de modo que se tem uma sociedade cada vez mais fraca. A educação aristocrática, ao contrário, privilegia o desenvolvimento da autonomia do indivíduo; nesse caso, a diferença constitui a meta a ser alcançada pelo filósofo. Não se trata de pensar a diferença como oposta à igualdade, de forma estanque, mas a diferença existe na igualdade. Antes, a educação aristocrática projeta na diferença o desenvolvimento das potencialidades do humano, de sorte que a mediação da *Der Wille zur Macht* não tem um limite determinado a ser alcançado: sua indeterminação é sua característica principal. Em outras palavras, a educação aristocrática promove a busca do desenvolvimento das potencialidades humanas, movida pela vontade de potência, gerando, desse modo, pessoas fortes e suficientemente preparadas para a construção de novos valores. Nesse sentido, distante da uniformização humana, a educação aristocrática tem como meta a superação da igualdade e da democracia como nivelamento por baixo, ou melhor, ela eleva a igualdade à diferença. Esta igualdade consiste justamente no fortalecimento do diferente, na acentuação do irregular, na promoção do distinto. É por meio do singular que a educação aristocrática estabelece seu ponto comum.

A educação aristocrática sustenta-se na perspectiva do destaque, da singularidade do humano. É nesse sentido que Nietzsche afirma querer que os homens vivam “sobriamente,

decentemente e segundo a justiça”. “Mas todos?”, pergunta ele, e responde: “Eu não ousou decidir a respeito disso. A humanidade chegaria muito rapidamente a seu termo” (NIETZSCHE, 2007, p. 143). Mais uma vez fica evidente que essa educação não é para todos, mas para os que têm reverência por si mesmos. Enfatizamos, mais uma vez, que não se trata de exterminar a educação de rebanho por meio da educação aristocrática, por mais que a critiquemos. Ela é necessária para suscitar a resistência que justifica o conflito de forças internas e externas do mundo orgânico.

Outra objeção de Nietzsche sobre a igualdade, na perspectiva de sua superação pela educação aristocrática, reside na percepção das forças da natureza. O *antagonismo* existe nos mais diversos institutos sociais, e é por meio da constante luta de forças opostas que se pode construir algo autêntico. “Na paz ou na guerra, a resistência constitui a forma de força – por conseguinte, é preciso que existam forças diferentes e não iguais, pois nesse caso estas se manteriam num equilíbrio debilitador” (NIETZSCHE, 2007, p. 145). A igualdade anula a possibilidade de guerra entre os opostos, na medida em que produz o equilíbrio por meio da anulação dos contrários. A educação aristocrática, por outro lado, retomando o sentido de harmonia do ponto de vista de pensadores como Heráclito (ALMEIDA, 2007), vê na luta dos contrários a harmonia em constante fluxo que se dá no *devir*, promovendo a constante superação das forças em oposição, possibilitando a reavaliação dos valores. Dito de outro modo, a consideração da oposição de forças gera a mais bela harmonia, que não significa estagnação de forças, mas justamente seu entrelaçamento e superação constantes.

Se a igualdade fosse válida para Nietzsche, o que seria do além do homem? O que justificaria a educação do destaque, a educação da singularidade? Estamos convencidos de que, na perspectiva do autor, “os homens não são iguais [...]. Através de mil pontes e passarelas, os homens deverão ser instados para o futuro: e que entre eles, cada vez mais, reine a guerra e a desigualdade” (NIETZSCHE, 2007, p. 149, grifos do autor).

A superação da igualdade pela educação aristocrática dá-se, portanto, mediante a valorização do diferente, o fortalecimento da diferença e o anúncio da guerra. Em última instância, é pela vontade de potência que se concretiza essa superação, por intermédio do filósofo. Embora Nietzsche admita que o escravo também crie valores, especialmente na Segunda Dissertação da Genealogia da Moral (**Zur Genealogie der Moral**) (NIETZSCHE, 1999a) pensamos a reavaliação de valores como atribuição típica do filósofo. Assim, o último capítulo de **Para além de bem e mal (Jenseits von Gut und Böse)** (NIETZSCHE, 1999b)

quando o discípulo de Dioniso assinala que a reavaliação de valores só é possível para os espíritos livres, para os que têm reverência por si mesmos, revela-se essencial.

Com o propósito de fundamentar a educação aristocrática, trataremos do contexto da hegemonia prussiana.

A EDUCAÇÃO ARISTOCRÁTICA E A HEGEMONIA PRUSSIANA

A concepção de educação aristocrática em Nietzsche não se encontra em seus textos de forma sistemática. Para evitar a compreensão incorreta desse tema, é importante lembrar que o contexto cultural de Nietzsche diferencia-se do nosso; que a democracia que ele critica não diz respeito às democracias que temos; e também que seus textos devem ser lidos a partir da defesa do indivíduo antipolítico ou, melhor dizendo, antipartidário. Kaufmann (1974) assinala que: “Este *leitmotiv* da vida e pensamento de Nietzsche – o tema do indivíduo antipolítico que procura a autoperfeição longe do mundo moderno – é claro que não passou inteiramente despercebido” (KAUFMANN, 1974, p. 418).

Levar essas diretrizes em consideração e procurar distanciar da leitura de Nietzsche os pressupostos da democracia liberal contemporânea contribui para a compreensão de sua argumentação e, portanto, da concepção de educação aristocrática. Partiremos da exposição de aspectos históricos que ensejaram a hegemonia prussiana e que justificam os escritos de Nietzsche em certas circunstâncias. Para a compreensão de um filósofo, não se pode prescindir de seu contexto histórico e cultural, das vivências e, principalmente, dos acontecimentos que marcaram sua trajetória. Um pensador só escreve sobre aquilo que o incomoda; sua motivação para a escrita nasce de sua vivência. Retirar os escritos de um pensador de seu contexto, além de desonestidade intelectual, implica a leviandade que o meio acadêmico não tolera – afinal, os filósofos da academia são tão sérios e rigorosos quanto são os seus escritos.

É no contexto da hegemonia prussiana que Nietzsche radicaliza a sua crítica ao espírito gregário, desde o século XVIII, especialmente em 1740, “quando Frederico II sobe ao trono, seu exército é apontado como um dos melhores da Europa e sua organização administrativa e burocrática considerada exemplar” (MARTON, 2006, p. 14). A boa gestão de Frederico II conquista a admiração de filósofos e coloca a Prússia como um Estado de destaque na Europa. No que se refere à cultura, os Estados alemães acreditavam que a formação cultural deveria ir além de suas fronteiras; por isso, a burguesia alemã recebeu forte

influência da França e Frederico II tentou fazer da Prússia uma cópia de Paris, considerada modelo para o bem viver (MARTON, 2006, p. 15). Contudo, por volta de 1790 apareceram os neo-humanistas, que recolocaram a questão da cultura e da civilização gregas e identificaram-nas com as da Alemanha. Os neo-humanistas defendem que a cultura alemã distancia-se dos hábitos estrangeiros, especialmente franceses, combatendo a imitação das letras. Marton assevera:

Os neo-humanistas têm o projeto de formar homens cultos, capazes de exercitar de maneira plena e harmoniosa todas as suas potencialidades. Esperam transformar o caráter do estudante e fazer dele um homem novo, através do contato amplo e profundo com a cultura clássica. Por isso, o ensino deve ser puro e desvinculado de qualquer objetivo prático: a cultura deve ser criação desinteressada e desligada de qualquer intenção utilitária (MARTON, 2006, p. 16).

A gênese do aristocratismo de Nietzsche vincula-se ao movimento neo-humanista. O projeto de formar homens cultos contrapõe-se diretamente ao modelo de homem da época: tarefeiros disciplinados, distantes da cultura. Esses elementos históricos mostram que as ponderações que Nietzsche fez estão bem localizadas no tempo e no espaço, pois, no século XIX, esta foi a Alemanha que o filósofo da vontade de potência encontrou.

Esse cuidado de compreender o contexto histórico e cultural do filósofo, mesmo que de forma simplificada, é essencial para que possamos tratar da educação aristocrática e evitar mal-entendidos.

O elemento derradeiro, objeto de ponderações do filósofo, é o fato de que a Prússia, para conquistar a sua hegemonia junto aos trinta e nove estados alemães, provocou uma guerra. “Graças ao primeiro-ministro Otto Von Bismark, acaba por levar a França a declarar-lhe guerra. Vitoriosa, impõe sua hegemonia sobre todo território alemão e, em 1871⁷, funda um novo império: o II Reich” (MARTON, 2006, p. 17). A guerra em si não sinaliza o problema que foi motivo de objeção do filósofo. Sua ponderação diz respeito às implicações dessa guerra no campo da educação e da cultura. O filósofo enfoca a cultura, assim como os neo-humanistas, considerando que o seu desenvolvimento requer dura disciplina interior. Marton mostra que Nietzsche “denuncia o fato da Prússia atribuir-se o papel de guia,

⁷ Almeida (2008) argumenta que “[...] os escritos de Nietzsche na época em que se iniciam suas atividades magisteriais na Universidade de Basileia, em 1869, são marcados pelo tema da tragédia e da cultura grega. É o que eu chamo pelo nome de *escritos trágicos*. Naquele período, além das tarefas de professor, o jovem filólogo redige notas, esboços, planos, ensaios e textos destinados para conferências e, possivelmente, para serem publicados. Entre este material, editado postumamente, encontram-se: **O drama musical grego; Sócrates e a tragédia; A visão dionisíaca do mundo (1870); O Estado grego (1872); A filosofia na época trágica dos gregos (1873)** [...] Em 1872, vem a lume a sua obra inaugural, **O nascimento da tragédia a partir do espírito da música**” (ALMEIDA, 2008, p. 121, grifos do autor).

supervisor e vigilante da cultura, assegurando com isso o devotamento e a obediência por parte dos cidadãos. Encarando a cultura como empresa individual, critica o que chama de ‘cultura de Estado uniformizada’” (MARTON, 2006, p. 20).

Nietzsche critica o dogmatismo produzido por meio da “cultura de Estado uniformizada”. A cultura decorrente do II Reich desfigurou a possibilidade de indivíduos fortes; então, a reivindicação de Nietzsche em relação ao aristocratismo ampara-se na necessidade de fuga da obediência da massa. A educação aristocrática está aqui justificada como possibilidade de liberdade e emancipação humanas.

Com a necessidade de manter a unificação entre os estados alemães, a Prússia procurou uniformizar a cultura e o ensino, adequando-os ao que denominamos educação de rebanho. Marton assinala que

no final do século XVIII, a cultura tinha de ser criação desinteressada, desligada de intenções utilitárias. Agora, ela está atrelada às exigências do momento, aos caprichos da moda, aos ditames da opinião pública. Antes, o ensino devia ser puro, desvinculado de objetivos práticos. Agora, com a proliferação dos institutos profissionais e escolas técnicas e com o esfacelamento das universidades em cursos especializados, ele converte-se em ensino de classe. Na Alemanha, a partir de 1870, desaparecem as inquietações com o cultivo do espírito humano e o desenvolvimento integral e autônomo do indivíduo. Educação e cultura acham-se submetidas ao reino da quantidade (MARTON, 2006, p. 18).

Por que Nietzsche ataca duramente a educação de rebanho? Por que o filósofo critica a igualdade? Qual a importância da diferença para o filósofo do eterno retorno? Quais as razões pelas quais o filósofo sugere a necessidade do filósofo do futuro? As respostas a essas perguntas estão presentes na citação acima, na medida em que a educação técnica alemã contraria a concepção de cultura de Nietzsche. Além disso, o ensino de classe é o ensino de rebanho, ensino para a massificação e o aprisionamento que discutimos anteriormente.

O ARISTOCRATISMO COMO BASE DA EDUCAÇÃO ARISTOCRÁTICA

A educação aristocrática se fundamenta a partir dos “melhores”. O aristocratismo é o fundamento da educação aristocrática tal como a compreendemos e, na posição de Melo Sobrinho (2007), “é a visão que Nietzsche levanta contra o movimento democrático em todas as suas versões, mas é também uma visão que encontra possibilidade de expressão justamente nas modernas sociedades européias, onde predominam o espírito gregário e a moral do rebanho” (MELO SOBRINHO, 2007, p. 52). Sublinhamos, mais uma vez, que o aristocratismo, paradoxalmente, pode até ser pensado sem o espírito gregário e a moral de

rebanho que se contrapõem a ele; contudo, para a nossa compreensão, trata-se de contraposição entre os melhores e o rebanho, que não desconsidera outras possibilidades. Então, a proposição de Nietzsche, que corrobora a educação aristocrática, significa o distanciamento do vulgo e não um sistema de domínio do Estado. Aliás, a esse respeito, Melo Sobrinho explica:

A primeira tarefa dos *homens superiores*, que devem ser também os *chefes da humanidade*, é educar os homens para que eles se libertem e continuem a sua obra através das gerações. A *liberdade de espírito* diante dos valores religiosos e morais é a condição básica para a formação e o desenvolvimento desta nova aristocracia. Portanto, esta nova aristocracia deverá se formar no confronto, na hostilidade e em circunstâncias totalmente adversas, já que os conceitos e os valores vigentes são exatamente aquilo que ela precisa conhecer. A nova nobreza deverá se pôr em oposição ao *populacho* e ao seu *despotismo*. Uma aristocracia se afirma e se desenvolve quanto maior for o seu grau de independência em relação à sociedade e ao Estado, quanto mais for *intempestiva* (MELO SOBRINHO, 2007, p. 53, grifos da tradutora).

Fica evidente que a educação aristocrática que esboçamos não significa a adoção de sistemas autoritários, despóticos ou ditatoriais, dado que se distancia da gestão do Estado – embora, paradoxalmente, pudesse haver sistemas ditatoriais como resultantes da educação aristocrática. Este paradoxo justifica-se, dado que, para Nietzsche, não existe um “em si” ou um estatuto absoluto da verdade; então, negar absolutamente a possibilidade de sistemas ditatoriais por meio da educação aristocrática seria, em última análise, uma contradição, a partir do pensamento de Nietzsche.

O que queremos sublinhar aqui não é qualquer aspecto messiânico da produção de Nietzsche; afinal, seus escritos podem, sim, ser interpretados a partir de orientações teóricas e ideológicas diferentes, como já foi feito por ocasião de associação de seus textos ao nazismo ou mesmo ao anarquismo. Não pretendemos, portanto, salvar Nietzsche da diversidade de interpretações que seus escritos propiciam, mas julgamos pertinente evidenciar nossa interpretação da educação aristocrática não como a única possível, mas como uma possibilidade de interpretá-la a partir dos escritos do filósofo da vontade de potência. Podemos pensar em Nietzsche como um revolucionário, assim como Cristo, Sidarta Gautama, Freud – pensadores que são considerados gênios justamente porque sua produção, ou aquilo que supostamente ensinaram, pode ser interpretada de formas diferentes e, por vezes, até contraditórias.

Assim, assumimos que a educação aristocrática não se refere igualmente à proposição de um modelo educacional, dado que, se assim o fosse, não alcançaria o seu alvo:

a grande individualidade. Não é pelo fato de criticarmos a democracia e a igualdade que, desta objeção, germine um modelo autoritário. Para alguns leitores, a defesa da aristocracia em Nietzsche pode ser interpretada como despotismo, por exemplo. Já nossa interpretação indica a educação aristocrática que se volta para o desenvolvimento do homem solitário e a busca de sua liberdade⁸.

Fica evidente, nos escritos do filósofo, a crítica à moral individualista, da mesma forma que a moral coletivista não é poupada. O aristocratismo implica uma filosofia individual, não individualista; concebe a hierarquia como fundamental para o seu desenvolvimento e, para isso, contribuem as objeções de Nietzsche em relação à igualdade. A hierarquia marca a diferença entre os homens e sugere a resistência como dinâmica de forças na natureza.

Enquanto a educação de rebanho tenta “*arruinar* a exceção como desvio, sedução, contágio maligno, em proveito da regra” (NIETZSCHE, 2007, p. 344, grifos do autor), a educação aristocrática busca a “cultura da exceção, da experimentação, do risco, da nuance como consequência de uma grande riqueza de forças” (NIETZSCHE, 2007, p. 344). Esta significativa diferença entre os tipos de educação denota a existência da hierarquia entre os indivíduos. Vejamos o que Nietzsche diz a este respeito: “até que ponto alguém é *solitário* ou *gregário* (neste último caso, o seu valor consiste nas qualidades que asseguram a coerência do seu rebanho, de seu tipo; no outro caso, naquilo que o separa, o isola, o defende e o *torna possível* enquanto *solitário*)” (NIETZSCHE, 2007, p. 348, grifos do autor). Concordamos com Nietzsche quando afirma que ambos os tipos são necessários, o solitário e o gregário, e necessário também é o antagonismo que se eleva (NIETZSCHE, 2007, p. 348). Por isso, não se trata, como já afirmamos, de buscar o aniquilamento do espírito gregário. A educação aristocrática apresenta-se, portanto, na contradição das forças do mundo. Se, de um lado, caracterizamos o espírito gregário e a sua correspondente mediocrização, por outro, a filosofia individual expressa no aristocratismo de Nietzsche caracteriza-se, entre outras variáveis, pelos seguintes aspectos:

⁸ Entendemos por liberdade o resultado da vida solitária que propicia a reavaliação de valores. Não se trata de pensar a liberdade na consideração do outro, mas o que está em jogo é o conjunto de forças internas e externas que não cessam de se superar no próprio homem. Recomendamos o estudo de Barrenechea (2008), **Nietzsche e a liberdade**, para o aprofundamento do tema da liberdade.

[...] o indivíduo de costumes nobres, homem ou mulher, não gosta de se deixar cair numa poltrona aparentando um esgotamento completo; lá onde todos se põem à vontade, por exemplo, num trem, ele evita se apoiar no espaldar, parece imune à fadiga, quando permanece durante horas de pé no corredor, não arruma a sua casa em vista do conforto, mas de modo amplo e majestoso, como que para hospedar seres maiores e mais elevados do que o homem, responde às palavras provocadoras com dignidade e clareza de espírito, e não como um homem transtornado, esmagado, humilhado e ofegante como um plebeu. Assim como sabe conservar a aparência de uma grande força física constantemente presente, deseja igualmente, com uma serenidade e uma cortesia constantes, mesmo nas situações penosas, salvaguardar a impressão de que a sua alma e o seu espírito estão à altura dos perigos e das surpresas. (NIETZSCHE, 2007, p. 291).

Esse espírito forte, nobre, aristocrata, é o destinatário da educação aristocrática. Protetor de si mesmo, ao conservar sua grande aparência de força física assume a sua condição. Sem a preguiça que o leve a ser comparado ao vulgo, está disposto a se autocriticar constantemente. Assim compreendida, a educação aristocrática está destinada aos que desejam se autossuperar. Aliás, a relação que podemos estabelecer entre a autossuperação do sujeito e a educação aristocrática reside justamente no fato de que o indivíduo da educação aristocrática é aquele com capacidade de autossuperação. O filósofo refere-se ao sujeito da educação aristocrática como aquele que, pela autocrítica e autossuperação constantes, busca a vida aristocrática por meio da solidão.

A educação aristocrática contribui para justificar as críticas feitas ao darwinismo; aliás, ela anuncia a importância das naturezas degeneradas. A propósito do darwinismo, Nietzsche assevera que “a degenerescência é sempre uma mutilação: mas um dano raramente surge sem compensação. O homem doente, por exemplo, é mais calmo e mais sábio; o olho do zoolho é mais forte, o cego se vê mais profundamente” (NIETZSCHE, 2007, p. 70). Mais uma vez, a educação aristocrática não indica o aniquilamento do fraco; ao contrário, mediada pelo conflito de forças, sugere o progresso das naturezas fracas; afinal, a vontade de potência está em todos os lugares; então, mesmo as forças fracas buscam sua autossuperação. Apreciar o progresso das forças fracas extermina o que seria o fundamento do darwinismo e, nesse sentido, corrobora a compreensão da educação aristocrática na perspectiva que temos assumido ao longo destas reflexões, ou seja, na perspectiva individual, culminando na vida solitária do filósofo. Logo, a educação aristocrática não significa a construção de dualismos, de forças estanques, mas parte do desenvolvimento da vontade de potência, na consideração da constante luta entre os opostos, superando-se continuamente. Não faz sentido, portanto, imaginar a educação aristocrática para um grupo social determinado, seja como modelo

educacional, seja como política de um Estado, pois, por menor que seja o grupo, ele facilmente constituiria um rebanho.

A educação aristocrática busca desenvolver a calma e a simplicidade no homem, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura. A pressa imposta pelo desenvolvimento da indústria distanciou o homem de sua cultura e, portanto, dele próprio. É nesse sentido que entendemos a educação aristocrática – na medida em que enfoca o indivíduo nas suas potencialidades e direciona o seu labor para o desejo particular, fugindo dos nivelamentos sociais que promovem a indiferença e a ignorância do homem no mundo. Nietzsche afirma: “Um gênio não é nada se ele não nos leva para cima e não nos torna livres o bastante, para que então não mais tenhamos necessidade dele” (NIETZSCHE, 2007, p. 288). Eis a meta da educação aristocrática, educação dos indivíduos solitários. Ela deve conduzir o filósofo para o cume da montanha, para que ele conquiste sua plenitude e liberdade.

O aristocratismo está longe de consumir-se em proposição teórica, na medida em que o filósofo da vontade de potência remete a encarnações históricas de aristocracia. Comentando o aristocratismo de Nietzsche, Marton afirma:

O homem nobre a que se refere não se reduz a mero conceito; em contextos muito precisos, acredita deparar com ele. Julga que existiu nos séculos XVII e XVIII com a nobreza francesa, no Renascimento com a comunidade aristocrática de Veneza e, sobretudo, na Antiga Grécia, com a aristocracia guerreira. Então, conceber a existência como um duelo leal era condição inerente ao forte. Não se podia guerrear quando se desprezava e não havia por que fazê-lo quando se dominava. Para que houvesse o confronto, era preciso que existissem antagonistas; para que perdurasse, era necessário que os beligerantes não fossem aniquilados (MARTON, 2006, p. 50).

Assim, o sentido do aristocratismo está na possibilidade do conflito, lei natural, da mesma forma que a educação aristocrática. Com essa análise de Marton sobre Nietzsche, observamos mais uma vez a influência dos escritos de Heráclito de Éfeso, inspirador do filósofo da vontade de potência, especialmente quando afirma que da luta dos contrários nasce a mais bela harmonia (MENDONÇA, 2003). Como já enfatizamos, não se trata da anulação de forças, mas da sua constante superação, que se dá na oposição. É interessante considerar as palavras de Nietzsche, abaixo, que tratam da superação:

Para os espíritos superiores, não é pequeno o perigo de que eles aprendam um dia ou outro a buscar novamente as alegrias terríveis que residem em destruir, em demolir pedra por pedra, situação na qual a ação criadora lhes permaneceria absolutamente interdita, na ausência de instrumentos ou por qualquer outro capricho cruel do acaso (NIETZSCHE, 2007, p. 337).

Notamos que, para o aristocrata, a possibilidade de destruição, de demolição e da degenerescência do construído é tarefa cotidiana; por essa via ele faz constantemente a superação que propicia a reavaliação de valores.

A educação aristocrática em Nietzsche trata da educação da grande e nobre individualidade e, em última instância, refere-se à educação do indivíduo solitário: uma educação para os espíritos livres e que estejam dispostos a empreender a autocrítica para exercer sua liberdade por meio da autossuperação. É por esta razão que a diferença é a base desta educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, a educação aristocrática se diferencia da educação de rebanho, seja na compreensão da primeira como educação que elege a diferença como elemento singular, seja na consideração de que a educação de rebanho, em virtude da igualdade, nivela as possibilidades de desenvolvimento do homem, em quaisquer esferas.

Em que pese o fato de que a democracia que Nietzsche critica não diga respeito àquela que temos na sociedade contemporânea, ainda assim sua crítica é precisamente rigorosa, dado que a igualdade se mantém como princípio dela. É fato que a democracia se refere à nova forma de racionalidade que separa os governantes dos governados (NIETZSCHE, 2007, p. 36), e também por esta razão, as objeções do filósofo do eterno retorno à igualdade e à democracia foram tão incisivas nessas reflexões.

Enquanto a igualdade é vista como nivelamento das potencialidades do filósofo do futuro, a diferença, por outro lado, refere-se ao seu ímpeto. É preciso registrar, por derradeiro, que a plenitude das ações, a partir da diferença e da busca da singularidade, constitui-se de elemento nobre para o desenvolvimento da educação aristocrática. Esta educação não é para todos, mas para os que têm reverência por si mesmos.

A compreensão da diferença como baliza da educação aristocrática revela-se fundamental para a conquista da liberdade; afinal, não se pode falar em liberdade, sem que se busque aquilo que se é. Ora, não há igualdade entre os homens, mas diferença; então, assumir esta característica, marcante, da educação aristocrática, significa assumir a possibilidade de conquista do silêncio, da plenitude e da liberdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Eros e tânatos: a vida, a morte, o desejo**. São Paulo, SP: Loyola, 2007. 341p.

_____. Vontade de crueldade nos escritos trágicos de Nietzsche. **Filosofia Unisinos**, v. 9, n. 2, maio-ago, 2008.

BARRENECHEA, Miguel Angel. **Nietzsche e a liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Letras, 2008, 144p.

JONAS, Mark E. A (R)evaluation of Nietzsche's anti-democratic pedagogy: the overman, perspectivism, and self-overcoming. **Studies in Philosophy and Education**, v. 28, n. 2, Mar., p. 153-169, 2009.

KAUFMANN, Walter. **Nietzsche: philosopher, psychologist, antichrist**. 4. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1974. 532p.

MARTON, Scarilet. **Nietzsche: a transvaloração dos valores**. 2. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006. 96p.

MELO SOBRINHO, Noéli Correia de. **Escritos sobre política: apresentação**. São Paulo, SP: Loyola, 2007. 360p. (v. 1).

MENDONÇA, Samuel. Ética aristocrática em Heráclito. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo, v. 52, n. 211, 2003.

_____. Massificação humana e a educação aristocrática em Nietzsche. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 17-26, jul./dez. 2011 – ISSN 1676-2592.

NIETZSCHE, F. **Die Geburt der Tragödie aus dem Geiste der Musik**. Berlin: Goldmann, 1999c. 296p.

_____. **Escritos sobre Política**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo, SP: Loyola, 2007, vol. I. 360p.

_____. **Jenseits von Gut und Böse: Vorspiel einer Philosophie der Zukunft**. Berlin: Goldmann, 1999b. 334p.

_____. **Zur Genealogie der Moral**. Eine Streitschrift. Berlin: Goldmann, 1999a. 253p.

Recebido em: 14/10/2010
Publicado em: 29/06/2012